

ESPECIAL

EM TEMPO:

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA - NO 293 - R\$ 2,00 - ABRIL 1997

IBANEZ LEMOS



PERSPECTIVAS DA LUTA SOCIALISTA NO BRASIL

CONFERÊNCIA DA TENDÊNCIA
DEMOCRACIA SOCIALISTA DO PT DEBATE
A SITUAÇÃO POLÍTICA E O FUTURO DO PARTIDO



EM TEMPO:

Publicação da Tendência Democracia Socialista do PT

CONSELHO EDITORIAL: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Búrigo, Helena Bonumá, Hugo Manso, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilaine Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Célia Regina de Souza Reg MTb 18.663 DRT/SP

EQUIPE DE EDIÇÃO: José Correa Leite, Carlos Henrique Árabe, Caco Bisol e Rita Araújo.

CRÉDITOS DAS FOTOS: Páginas 10 e 11 - Henri Cartier-Bresson; Páginas 5, 7 e 14 - André Kertész; Página 6 - Paul Strand; Páginas 8, 9, 12, 13 e 15 - Edwin Smith; Páginas 17, 19 e capa - Ibanez Lemos; Página 20 - Vera Lucia; Página 21 - Eleu Reis; Página 22 - Carlos Mercuri; Contra-capas - Fernando A. Rodrigues

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. - Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP
CEP 01151-000 - Fone (011) 66.5550 - Porto Alegre - Fone (051) 225.3428

EM TEMPO: é uma publicação de caráter interno ao PT, distribuída única e exclusivamente aos seus filiados.

Apresentação

A 4ª Conferência Nacional da DS foi realizada em São Paulo nos dias 28, 29 e 30 de março. Seus participantes homenagearam Che Guevara, no ano em que se completam trinta anos da sua morte, o companheiro Isaac Akcelrud e os mortos na luta pela terra no Brasil.

A conferência foi realizada em um momento muito importante para a luta dos trabalhadores, para o PT e para a DS.

Como analisamos no nosso texto *A situação política e a luta contra o neoliberalismo no Brasil*, as classes dominantes, tanto a nível nacional quanto internacional, estão realizando uma ofensiva sem precedentes contra os trabalhadores e os setores populares. São reduzidos direitos que os trabalhadores do setor formal da economia conquistaram ao longo de décadas; estes direitos — ao emprego, à saúde, à educação, à aposentadoria — estão sendo tratados como privilégios. Para os ideólogos do neoliberalismo, os trabalhadores só não são “privilegiados” se estiverem totalmente desprotegidos diante do mercado — isto é, totalmente à mercê do capital.

Argumenta-se que a saída para amenizar o desemprego — já que o justo, isto é, eliminá-lo, deixou de ser considerado uma coisa possível, ou mesmo desejável, por estes ideólogos — é reduzir ainda mais os “custos” da mão-de-obra. A precarização do emprego tornou-se, assim, uma grande bandeira burguesa.

O grande esforço das classes dominantes vai no sentido de convencer a todos que não há alternativas, que a chamada globalização da economia é uma fatalidade à qual todos têm de se adaptar. Os trabalhadores, assim, são “convidados” a optar entre menos direitos ou mais desemprego — na verdade, têm de amargar menos direitos e mais desemprego ao mesmo tempo. As classes dominantes tentam passar a idéia de que “os mercados” são coisas da natureza, diante dos quais os seres humanos nada podem fazer. Escondem que toda esta situação na verda-

de é uma opção muito consciente das classes dominantes, que vêem assim uma possibilidade de debilitar os trabalhadores e de arrancar o aumento da taxa de mais-valia.

No entanto, a conjuntura política mundial, e em particular a brasileira, vem demonstrando que este engodo está sendo questionado. Ainda que os trabalhadores continuem na defensiva, multiplicam-se as lutas de resistência por todo o mundo. No Brasil, o grande exemplo de luta está sendo dado pelos trabalhadores sem terra, que têm uma enorme legitimidade social.

Um dos problemas que enfrentamos hoje no Brasil é que o partido no qual os trabalhadores depositam o fundamental de suas esperanças, o único que pode dirigir suas lutas e apontar o caminho da superação do capitalismo, o PT, não está hoje em condições de fazê-lo.

O PT vive uma profunda crise, como analisamos no nosso texto *O Partido dos Trabalhadores em um momento de definições*. Essa crise resulta da perda de perspectivas por parte de muitos setores do partido, desde a derrota de 1994 e a partir das mudanças no mundo, que tornaram mais distante a possibilidade de avançar rumo ao socialismo. Setores do partido mergulham cada vez mais numa subordinação à política institucional dentro da ordem, “bem comportada”, na qual qualquer projeto de mudança social — para nem falar de revolução — se perde. Adaptam-se, assim, à política burguesa. Isto é agravado pelo pragmatismo com que são enfrentadas várias questões importantes, como a do financiamento de campanhas. Não é de espantar que diante de tudo isto boa parte da militância do PT esteja desmotivada.

Se permanecer a atual situação, o risco que o PT está correndo é o de, simplesmente, deixar de ser percebido como um partido diferente dos partidos institucionais, burgueses. Aliás, boa parte da política dos setores que hoje formam o bloco de maioria na direção nacional do partido andou na direção errada — no lugar de ressaltar as dife-

A situação política e a luta contra o neoliberalismo no Brasil

1. A vitória do projeto neoliberal nas eleições presidenciais de 1994 representou o fim de um ciclo de luta política no país. As elites burguesas construíram sua unidade de classe e impuseram à Nação o seu projeto. O signo dos tempos que correm é o da hegemonia neoliberal.

Nossa principal tarefa é a de formarmos, na resistência à implantação do neoliberalismo, uma alternativa popular. Uma resistência que critique o conjunto do programa neoliberal, denuncie a exclusão social, defenda as liberdades democráticas frente a um regime cada dia mais autoritário, combata a submissão ao imperialismo e, a partir das reivindicações democráticas e populares, revigore a luta de massas e reconstrua uma perspectiva socialista.

Partindo do combate sem tréguas à barbárie neoliberal, acumular forças e recompor nosso movimento político-social: estas são as principais tarefas hoje colocadas para os socialistas no Brasil.

2. A reestruturação do capitalismo a partir dos anos 70, a hegemonia neoliberal nos países centrais e o desmoronamento dos regimes burocráticos e sua substituição por regimes de mercado constituem eventos maiores. Marcam a passagem para uma nova etapa histórica. As consequências cumulativas destes processos determinam as características do período que vivemos.

Estas transformações, porém, *ainda não geraram um novo ciclo longo e estável de acumulação capitalista*. A instabilidade e incertezas do processo de globalização capitalista, a debilidade relativa das instituições internacionais que buscam regular a política e a economia, as contradições inter-imperialistas e os problemas de mercado inerentes ao neoliberalismo são limites para o relançamento duradouro da expansão capitalista.

Expressam-se também, com uma força inédita, as características mais



regressivas do modo de produção capitalista: a concentração das riquezas criadas nas mãos de uns poucos, a exclusão da maioria, a mercantilização de todas as esferas da atividade humana e a destruição do meio-ambiente. Segundo o *Relatório de Desenvolvimento Humano - 1996*, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, as políticas de "ajuste estrutural" impostas à periferia nos últimos quinze anos dualizaram o planeta: 15 países cresceram rapidamente neste período, enquanto 86 países estão mais pobres do que em 1980. Em trinta anos, a participação dos 20% mais pobres na renda mundial diminuiu de 2,3% para 1,4%, enquanto a dos 20% mais ricos passava de 70% para 85% da renda mundial. Hoje a riqueza de 358 pessoas é igual à soma dos 45% mais pobres da população mundial, equivalente a 2,3 bilhões de pessoas. Nunca a sociedade capitalista foi tão desigual e injusta!

3. Um traço marcante do novo período é a *crise dos projetos políticos que dispunham de força estatal e antes estavam em disputa*: o Estado de compromisso nos países centrais, o

desenvolvimentismo e não-alinhamento na periferia e o "socialismo" burocrático. O socialismo revolucionário também sofreu o impacto adverso da mudança na correlação de forças internacional em benefício do grande capital. Mas as lutas sociais e nacionais continuam e há novos e importantes conflitos. Todavia, a acumulação de forças anti-sistema é muito mais pontual e fragmentada, já que elas não se vinculam a um projeto alternativo, em especial a um horizonte socialista.

Vivemos um período de defensiva onde o que está em jogo, para a esquerda revolucionária, é recriar condições para um novo movimento e um novo projeto socialistas.

4. O neoliberalismo atinge os países da América Latina de *forma desigual*, em função da luta de classes e do alcance dos projetos desenvolvimentistas em cada país. Assim, apesar de submetidos a um ajuste similar há vários anos, a dinâmica é distinta nos principais países da região. Além disso, os acontecimentos internacionais vêm tendo repercussões cada vez maiores no interior de cada país, com os efeitos desestabilizado-

res que daí derivam. Face à liberalização e abertura dos mercados e à erosão dos mecanismos de regulação estatal da economia, tema central das "reformas estruturais", a defesa da soberania e patrimônio nacionais ganha atualidade como bandeira dos setores nacionais e populares. A resistência ao desmonte do Estado desenvolvimentista, combinada com a proposta de gestão democrática do setor público estatal é central na resposta dos trabalhadores à ofensiva burguesa.

5. Dentro deste ambiente regressivo, é necessário retomar um *internacionalismo socialista em escala latino-americana*. Os problemas postos para a resistência ao neoliberalismo são mais abrangentes e mais comuns, as hipóteses de alternativas estritamente nacionais, ainda que de caráter transformador, tem seu espaço reduzido. A construção de passos no sentido de reconstruir o internacionalismo, no entanto, não é automática e nem simples. O estágio de organização da esquerda e dos movimentos sociais é muito diferente de país para país e ainda há muito o que fazer para se desencadear um processo comum dos socialistas nesta direção. Mas esta é uma tarefa que devemos colocar para o movimento dos trabalhadores, o PT e a CUT.

FHC e o regime político

6. As modificações na sociedade, na economia e no Estado em direção ao neoliberalismo ganharam, com o governo Fernando Henrique Cardoso, um *caráter coordenado*. Sua vitória consolidou uma direção política da classe dominante. Trata-se de um elemento central para compreender a nova situação nacional, que altera as condições em que se deu a disputa política depois de 19890.

7. Apesar de FHC ter encaminhado, na primeira metade de seu governo, um conjunto de medidas neoliberais e de ter feito isso com um baixo grau de oposição, *a estabilidade do processo não está garantida*. Ela depende de três fatores dinâmicos:

a estabilidade/instabilidade no cenário internacional, que hoje incide mais diretamente na situação interna;

- os conflitos que prosseguem, ainda que de forma secundária, no interior das classes dominantes para definir os vencedores e os perdedores no novo padrão de acumulação e uma nova hierarquização dos interesses; e,

- a resistência dos trabalhadores e setores pobres e marginalizados.

Mas uma eventual instabilidade não recolocaria, para a esquerda, as condições do período anterior: a disputa política se daria em condições

novas (social, política e economicamente), dado o caráter estrutural das mudanças em curso e o custo político do imobilismo que até agora marcou o PT e os movimentos sociais (com algumas notáveis exceções).

8. A crise do emprego industrial e a dispersão da classe trabalhadora geram um ambiente cada vez mais favorável ao individualismo e avesso à ação coletiva. A competição entre municípios, estados e do Brasil em relação aos outros países pelo "direito" de ser explorado pelo capital cria um ambiente de elogio à desigualdade e ao interesse privado, produzindo uma progressiva *erosão da solidariedade de classe*.

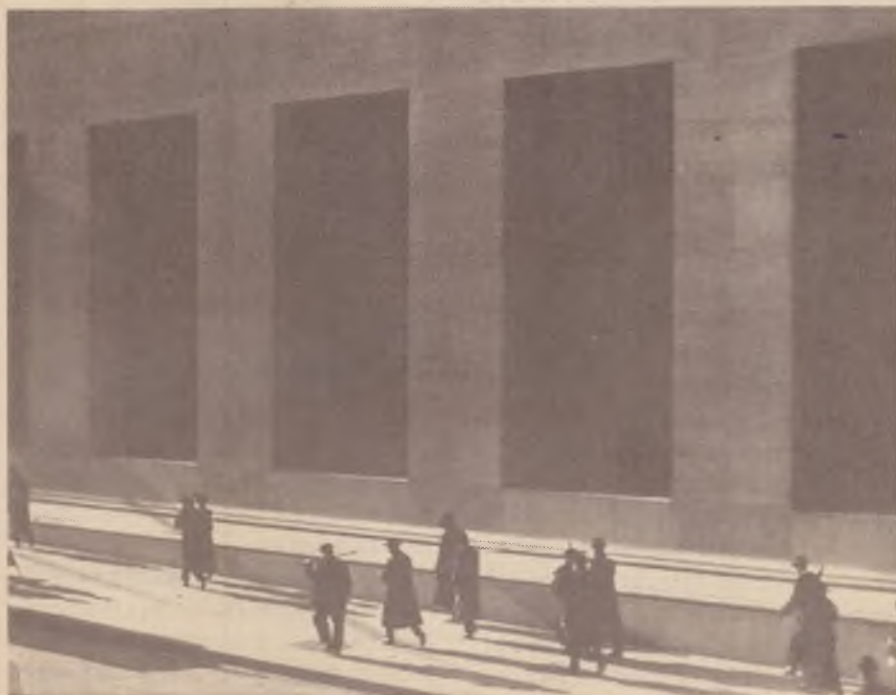
A pequena propriedade não tem lugar no neoliberalismo, a não ser na margem, no informalismo. Ao contrário do que prega a ideologia do regime, o Estado é cada vez menos universal, mesmo do ponto de vista burguês, e os direitos individuais são cada vez menos lembrados.

9. O neoliberalismo promove alterações nas condições da disputa política e no próprio *regime político*. Difunde uma obsessiva negação da política como direito de participação e de decisão popular; a política deve ser, para os neoliberais, uma força auxiliar do mercado.

O continuísmo é outra característica do regime político do neoliberalismo em todo o continente: no México baseou-se no sistema de partido-Estado do PRI, na Argentina na adaptação do velho peronismo (e na reeleição de Menem), no Peru no golpe de Estado de Fujimori, no Brasil em uma ampla aliança de novos e velhos setores da direita (culminando na aprovação da reeleição para FHC).

Quando a grande propriedade privada é questionada, o Estado continua a agir da forma tradicional, através da repressão pura e dura, como por exemplo frente às lutas dos sem-terra.

Em todos os lugares, o neoliberalismo revigora formas tradicionais de dominação dos regimes oligárquicos e ditatoriais, ao mesmo tempo que promove uma intensa ofensiva ideológica.



A "armadilha do baixo crescimento"

10. A dinâmica implantada vem consolidando a abertura de toda a economia ao capitalismo mundial, rompendo uma condição básica para as altas taxas de crescimento e a diversificação da economia brasileira desde a década de 1930, a existência de barreiras face ao mercado internacional, erguidas pelo Estado desenvolvimentista. Na nova dinâmica, *o elemento externo condiciona, muito mais do que antes, as possibilidades internas.*

11. As tendências da economia brasileira estão hoje em grande parte condicionadas pelas opções que foram tomadas, desde a implantação do real, com relação à taxa de câmbio.

A partir de julho de 1994 o Banco Central deixou o real se valorizar em relação ao dólar, até que o dólar caísse a R\$ 0,83. Foi um uso muito intenso da "âncora cambial". Ao lado da diminuição das tarifas de importação, isto permitiu que produtos importados invadissem o mercado brasileiro com preços baixos, contribuindo muito para a queda da taxa de inflação.

12. Logo começaram, em consequência disso, os *déficits na balança comercial brasileira* (que até junho de 1994 vinha tendo um superávit anual da ordem de US\$ 10 bilhões). Como a balança de serviços, dominada pelo pagamento dos juros da dívida externa, é estruturalmente deficitária no país, isto levou a um déficit bastante alto na conta corrente do balanço de pagamentos. Este déficit tem de ser financiado com ingresso de capitais, ou o país terá de pagar com suas reservas cambiais (se as tiver, é claro - naquela altura o Brasil tinha reservas de aproximadamente



US\$ 40 bilhões). Até o fim de 1994, os responsáveis pela área econômica do governo avaliavam que um déficit bastante alto em conta corrente era até desejável, pois permitia a absorção de capitais externos. Desta forma, o Brasil estaria seguindo o caminho do México e da Argentina, apontados como exemplos pelos teóricos neoliberais e pelos meios financeiros em geral.

13. A crise mexicana em fins de 1994 mudou dramaticamente este quadro. No início de 1995, *o Brasil foi obrigado a rever sua política* através de quatro medidas:

- uma mudança na política cambial: a taxa de câmbio começou a ser alterada aproximadamente de acordo com o excedente da inflação brasileira em relação à norte-americana, evitando uma sobrevalorização adicional do real. Contudo, isto não anulava a sobrevalorização já acumulada (que ultrapassava 30%). O governo não quis

desvalorizar o real por temer os efeitos inflacionários disto;

- uma elevação de algumas tarifas de importação, revertendo parcialmente o que havia sido feito açodadamente (na gestão Ciro Gomes sobretudo) alguns meses antes;

- incentivos às exportações; e,

- uma elevação drástica das taxas de juros para atrair capital externo (visando garantir o financiamento do déficit em transações correntes) e provocar uma recessão na economia; com a redução da demanda interna as importações são reduzidas e sobram mais excedentes para exportação.

14. Esta política funcionou parcialmente. No segundo semestre de 1995 a balança comercial voltou a ser superavitária. Contudo, *a recessão foi significativa*. Segundo o IBGE, entre julho de 1994 e julho de 1995, o PIB cresceu 7,9% e nos doze meses seguintes apenas 0,27% (com uma queda da renda per capita de 1,08%). A drástica elevação dos juros (o Brasil foi o campeão mundial dos juros reais em 1995) provocou inadimplência generalizada e um início de crise bancária (que levou o governo a criar o PROER). O desemprego voltou a crescer. A recessão também reduziu a arrecadação e piorou as contas públicas. O déficit público cresceu em 1995 e voltou a ser um ponto de preocupação importante para o governo.

15. A crise mexicana foi contornada (graças aos empréstimos do governo Clinton), e os capitais voltaram à América Latina.

Isto permitiu ao governo brasileiro relaxar as restrições ao crescimento econômico e a economia voltou a crescer embora de modo não muito

expressivo. As reservas cambiais brasileiras voltaram a aumentar.

Mas o problema do déficit na balança comercial voltou a aparecer. E como os pagamentos de juros da dívida externa têm crescido, a situação da conta corrente ficou em 1995 muito pior que antes. O resultado do ano de 1996 mostrou um aumento do déficit e a tendência é dele crescer ainda mais este ano.

16. Agora, como mais uma vez é improvável que o governo corrija a valorização excessiva do real, restam-lhe as medidas a que já recorreu no início de 1995. Contudo, não poderá usá-las em doses generosas.

Não há muito o que possa ser feito em termos de restrições às importações (há limitações impostas pelos acordos do Mercosul e pela OMC). O governo tem ampliado os incentivos às exportações, mas estas medidas têm um efeito lento e em alguma medida incerto.

Resta uma nova redução do ritmo da atividade econômica. Mas tanto por razões econômicas - a economia mal está saindo de uma recessão; outra recessão agora teria provavelmente consequências mais graves - quanto políticas (o objetivo da reeleição de FHC), o governo deve ser moderado neste urgente.

O mais provável é que não haja uma melhora substancial das contas externas brasileiras e sim um déficit mais significativo nas transações correntes. *Volta-se, com mais moderação, ao discurso de antes da crise mexicana.*

17. O governo FHC fez a economia brasileira cair numa "armadilha de baixo crescimento". Qualquer crescimento mais expressivo provocará um agravamento dos desequilíbrios externos e terá que ser contido. O



crescimento médio nos próximos anos deverá ser medíocre (provavelmente abaixo de 4% ao ano) e insuficiente para reduzir o desemprego.

E a longo prazo, as perspectivas são turvadas pelo aumento da dívida externa (que leva a pagamentos crescentes de juros e amortizações) e pela ameaça permanente de saída abrupta do capital externo em caso de crise.

O movimento dos trabalhadores

18. O alcance da ofensiva neoliberal gestada com a posse de Fernando Collor e materializada no programa e no governo Fernando Henrique Cardoso demorou a ser compreendido pelo movimento democrático e popular brasileiro. Isso conduziu à desorientação e à defensiva e tensiona fortemente os partidos do campo democrático e popular para o amoldamento à pauta neoliberal. Uma parte deles é deslocada para a órbita do go-

verno FHC.

Na avaliação da derrota de 1994 destacamos a *incapacidade do PT* em fazer daquela disputa uma contraposição de projetos de sociedade. Como resultado, saímos debilitados para enfrentar a situação instalada com a consolidação de uma direção estratégica burguesa ao redor de FHC. Nestes dois anos tampouco houve um reposicionamento mais geral do partido. Com uma direção sem projeto e incapaz de se opor à gradativa integração do PT às instituições do Estado burguês, o partido caiu no imobilismo (ver texto sobre PT).

19. As alterações no movimento de massas e em especial no *movimento sindical*, são outro componente fundamental da mudança de período político nos anos 90. O movimento sindical cutista vive uma situação contraditória. Continua havendo um grande volume de greves, ainda que em ní-

veis inferiores aos de finais dos anos 80. Mas essas mobilizações nem se unificam nem conseguem assumir um caráter de reivindicações gerais.

20. A redução do patamar de mobilizações e sua dispersão política se deve, em parte, a *mudanças no cenário social*. Aumentou o desemprego em relação aos anos 80. Há mudanças no mercado de trabalho que definem uma ampla precarização dos contratos de trabalho e a pulverização das negociações. O capital ensaia novas estratégias de gestão da mão-de-obra, em especial em setores de ponta, visando obter a adesão ativa dos trabalhadores aos objetivos da empresa.

Em consequência, há uma maior diferenciação social dentro da classe trabalhadora e uma perda de identidade e de laços de solidariedade.

21. A exclusão social, um fenômeno permanente no capitalismo, adquire agora novos contornos e dimensões. No entanto, o movimento sin-

dical cutista não tem definida nenhuma prioridade política e organizativa em relação aos trabalhadores excluídos. Pior ainda, o episódio da “negociação da previdência” no início de 1996 mostrou um descaso alarmante de parcela majoritária da direção nacional da Central para com os efeitos do ajuste neoliberal sobre os trabalhadores socialmente excluídos.

A quase total ausência dos sindicatos e estruturas da CUT entre esses amplos setores de trabalhadores socialmente excluídos deixa então de ser uma omissão, fruto da inércia sindical, para compor *uma estratégia que não aspira a organizar as maiorias*. E em relação aos trabalhadores melhor posicionados no mercado de trabalho acaba reforçando tanto uma falta de solidariedade para com os excluídos como o medo face à deterioração de sua condição social.

22. Este tipo de agenda sindical apenas pode aspirar à adaptação ao neoliberalismo e conduz a *uma contínua perda de peso político do sindicalismo no cenário nacional*. As opções políticas das direções sindicais parecem, desta forma, confirmar a propaganda burguesa sobre o fim da centralidade do movimento do proletariado.

Mas, entre outras lições, a luta pela terra sob a direção do MST mostra como até no limite da exclusão pode-se *organizar os trabalhadores numa perspectiva combativa* e incidir fortemente na conjuntura. De fato, a única vez nesta década neoliberal que se conseguiu introduzir um tema da agenda popular na pauta nacional foi com as lutas no campo em 1995-96.

São as experiências organizativas e políticas concretas que moldam a classe trabalhadora e não, necessariamente, as “condições objetivas” de sua existência social que determinam o alcance de sua organização e ação. Nesse

sentido, a crise política e orgânica que vive o sindicalismo cutista incide ativamente na conjuntura nacional - facilitando o caminho para o neoliberalismo.

23. A resolução dessa crise cobra dos setores da direção do sindicalismo cutista uma orientação que retome o *valor estratégico da solidariedade entre os trabalhadores*, integre as perspectivas dos diversos setores da classe e canalize as lutas em curso para o enfrentamento com o projeto que vem sendo implantado.

24. Se a condução dada ao PT e à CUT não tem contribuído para a reorganização das forças democráticas e populares, não deixou de existir um *sentimento difuso porém expressivo de oposição ao neoliberalismo*, que se manifestou tanto em lutas localizadas como no voto dado ao PT, expressivo nas eleições municipais de 1996.

25. Alguns *pontos de resistência* podem ser fundamentais para a intervenção na conjuntura e o reposicionamento do PT e da CUT na nova situação política:

- o movimento dos trabalhadores sem terra mantém uma atividade política muito importante, avança na sua organização e realiza fortes questionamentos à política neoliberal (não só na questão agrária);

- as administrações do PT baseadas na democratização e na participação popular, em especial em Porto Alegre, desenvolvem experiências muito importantes para articular uma alternativa ao neoliberalismo.

Há também esforços de unificação e a organização dos movimentos populares urbanos que têm que ser valorizados, em especial da Central de Movimentos Populares, que enfrenta as políticas neoliberais em vários setores.

Estes processos encontram correspondência na atuação de parcelas muito significativas do PT e da CUT que lutam, no seu interior, para superar o imobilismo.

Estes pontos de resistência, no entanto, não substituem o papel e o impacto que tem um movimento dos trabalhadores politicamente organizado e unificado no plano nacional,

como o que se desenvolveu até 1989. Retomá-lo continua a ser um desafio e um objetivo político central.

A construção de uma alternativa socialista

26. Uma alternativa ao neoliberalismo no Brasil exige um programa democrático e popular formulado a partir de uma perspectiva socialista. Mas se isso é uma condição necessária, não é suficiente. É preciso uma *ampla reorganização das forças sociais* que podem se opor ao neoliberalismo. É necessário também uma *profunda renovação da vanguarda social e política* para que se possa impulsionar um vigoroso movimento de massas de oposição ao neoliberalismo. Estes três aspectos são parte de uma *nova estratégia*



gia de acumulação de forças.

Para enfrentar os novos problemas postos pelas atuais mudanças, algumas já irreversíveis, devemos descartar como suficiente a recuperação de uma perspectiva nacional-desenvolvimentista. O neoliberalismo não pode ser confrontado com projetos intermediários, por ele mesmo já derrotados. As tentativas de reformas humanizadoras da economia de mercado defendidas pela social-democracia também foram derrotadas e não constituem uma alternativa viável de conjunto.

A construção de nossa alternativa programática tem como ponto de partida a negação radical do capitalismo e a defesa do socialismo, de uma maneira não doutrinária e não oportunista (como seria o caso, por exemplo, da separação entre um programa "máximo", socialista, e um programa eleitoral, "viável" na atual correlação de forças).

Mais do que isso: *o próprio programa e sua defesa na sociedade têm que ser alavancas para rearticular as forças sociais que podem sustentá-lo* e que vêm sendo desarticuladas pela ofensiva neoliberal nos últimos anos.

27. Partimos de *pressupostos* a partir dos quais se constitui nossa visão de mundo e pelos quais abordamos a atividade política. O primeiro deles é o *rechaço ao capitalismo*. Não temos um horizonte comum com os defensores do regime de mercado e do liberalismo. O capitalismo tem adquirido um caráter cada vez mais regressivo, não oferecendo uma perspectiva real de melhoria para maioria da população. O anti-capitalismo é uma exigência política e ética.

Daí deriva nossa tomada de partido na sociedade pelos setores sociais explorados e oprimidos, pelas forças que podem desenvolver lutas anti-sis-



tema, anti-capitalistas. Nossa atuação é dirigida para organizar o *bloco de forças sociais e políticas constituído pela classe trabalhadora e pelos oprimidos pelo capital* visando a derrocada do capitalismo. Esta é nossa opção política fundamental. A aliança com outras classes e setores de classe é correta apenas se estas camadas integram o bloco popular numa posição subordinada, sem sacrifício da hegemonia dos explorados e oprimidos - isto é, do programa democrático e popular, dos métodos de ação, da direção e do objetivo socialistas.

28. A luta do movimento socialista pela *democracia* foi decisiva para a conquista, nos marcos do capitalismo, de avanços dos direitos humanos, políticos e sociais fundamentais para camadas amplas da população e não apenas para os proprietários.

No Brasil, essa conquista sempre foi precária e o arbítrio da clas-

se dominante e de seus funcionários à frente do Estado ainda hoje é uma constante. Sob o neoliberalismo, os direitos elementares de amplas parcelas do povo bem como direitos sociais obtidos no período anterior são frontalmente questionados. Recrudesce a repressão aos movimentos sociais e multiplicam-se as medidas visando estabelecer o monopólio da condução do Estado pelo atual grupo dirigente. O atual regime ganha um caráter crescentemente oligárquico, diretamente comandado pelo poder econômico, com o uso da mídia, e promovendo iniciativas de atomização dos setores populares e desestruturação de sua organização autônoma.

A democracia é solapada também pelas transformações do capitalismo, que ampliam a mercantilização da sociedade e retiram aspectos fundamentais da vida em sociedade do

espaço das relações comunitárias e de decisão política. A ditadura do mercado é, no atual período histórico, a principal inimiga da democracia. Decisões fundamentais para a sociedade são tomadas na esfera privada confrontando os interesses públicos. O discurso de que a lógica do mercado estreita radicalmente o espaço para as decisões políticas representa um ataque direto à democracia, à capacidade dos cidadãos decidirem soberanamente sobre seu próprio destino.

29. A *questão agrária* continua sendo um dos aspectos fundamentais do desenvolvimento do país. A reforma agrária necessária ao Brasil deve garantir a democratização do acesso à terra e construir uma sociedade que viabilize o direito ao emprego para todos. As lutas pela terra que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra impulsiona em todo o país e a simpatia que elas despertam, de-

monstram que existe uma base social de massa sensível à articulação entre a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e a luta pelo emprego.

A reforma agrária é parte de um projeto democrático nacional e popular e um componente nuclear da democratização da sociedade, de distribuição de renda, do combate ao domínio secular das oligarquias rurais e ao autoritarismo político e social das elites. É fundamental para a conquista de uma cidadania efetiva e de um regime político democrático. Soma-se, pois, à luta socialista.

30. Com o *questionamento da soberania nacional* e a redução da margem de manobra dos Estados da periferia frente aos centros imperialistas e o grande capital internacional, o *desenvolvimento nacional torna-se cada vez menos possível sob o capitalismo*. As políticas neoliberais expressam a hegemonia do grande capital monopolista e dos seus setores mais internacionalizados no seio de cada burguesia, inclusive da brasileira.

O critério que orienta a ação destes setores da burguesia é a rentabilização de seu capital, que hoje se processa concentrada em algumas regiões de diferentes países, em alguns ramos da economia e em mercados consumidores muito segmentados; não remete mais para países enquanto tais, mercados nacionais autônomos e relativamente integrados (ou que Estados procuravam integrar); não possibilita a constituição de nações no sentido clássico do termo. Assim, sob o neoliberalismo, o crescimento da economia em regiões de países latino-americanos, ramos da economia e setores sociais, não irradiava mais para a maioria da sociedade e não se transforma em motor do desenvolvimento social e nacional.

A defesa do Estado nacional e de sua soberania tem para nós um sentido fundamentalmente democrático. Não se trata da defesa do Estado burguês existente, mas sim de garantir (e em vários aspectos conquistar) um espaço público onde a coletividade que forma a nação possa determinar livremente seu destino. Sem que este

espaço público seja garantido, sem que seja soberano frente aos centros de poder mundiais, sem que escape da ditadura do mercado e do grande capital que o controla, qualquer democracia será limitada (e tende mesmo a se tornar uma farsa). Sem a conquista da soberania nacional, não será possível o desenvolvimento para a maioria da população.

É neste sentido que buscamos avançar na unidade latino-americana, tendo como horizonte uma federação de povos capazes de defender sua soberania frente aos centros imperialistas e construir um projeto de sociedade em comum. Para nós isso passa por transformar profundamente o processo em curso do Mercosul e combater de todas as formas a proposta da Área de Livre-Comércio das Américas (Alca), impulsionada por Washington. Não pode haver um espaço comum entre países dominantes e dominados!

Hoje, a perspectiva de progresso social abrangente e de construção da nação como comunidade democrática auto-determinada só podem, portanto, ser coerentemente sustentadas como parte integrante de um processo de transição ao socialismo em escala nacional e internacional.

31. O PT acumulou, nesta discussão, um *patrimônio programático* significativo em sua história, principalmente a partir do 5º Encontro Nacional (1987). Devemos valorizar parti-

cularmente o 6º Encontro Nacional (1989), que tratou, ainda que apenas de forma sumária, da elaboração de um projeto hegemônico para o país. Nele, a questão do desenvolvimento é tratada de forma combinada com a da democracia e a da transição (idéia parcialmente retomada pelo 9º EN com a fórmula da revolução democrática). A partir desta idéia, devemos radicalizar as formas de controle social e participação direta.

Do 9º Encontro Nacional (1994), e de forma subordinada ao dito acima, é possível resgatar a idéia de um desenvolvimento baseado no mercado interno de massas, que tem que ser concebido junto com barreiras face ao mercado internacional e meios de controle social sobre o mercado interno.

32. O *internacionalismo* só se transformou em uma perspectiva que organizava o horizonte dos revolucionários e uma prática política concreta do movimento socialista em alguns momentos da história. Na América Latina, isso ocorreu pela primeira vez no período de formação do movimento comunista no continente na década de 20. Neste momento a perspectiva nacional, popular e latino-americana foi disputada tanto pelo marxismo revolucionário representado por figuras como Mariátegui, no Peru, Mella, em Cuba, e Farabundo Martí, em El Salvador, quanto pelo nascente populismo anti-imperialista.



A hegemonia do estalinismo destruiu este comunismo de caráter popular, anti-imperialista e internacionalista e provocou um recuo brutal do horizonte político e estratégico da esquerda no continente. A condução da luta pela construção nacional foi entregue sem disputa para as correntes nacionalistas populistas por uma esquerda que se contentava com a condição de coadjuvante de supostas revoluções nacional-democráticas, que seriam dirigidas pelas burguesias locais.

A revolução cubana em 1959 solapou esta hegemonia estalinista, ainda que não a destruísse totalmente. A revalorização do internacionalismo, cuja expressão maior encontramos na obra e atividade de Che Guevara, atingiu seu auge com a conferência da OLAS e a vaga de lutas populares de 1968. Se no período repressivo dos anos 70 esta perspectiva retrocedeu, ela voltou a se fortalecer durante a revolução centro-americana no início dos anos 80. O PT surgiu neste momento, quando os marcos internacionais mais significativos eram a vitória sandinista (em 1979) e a formação do Solidarnosc na Polônia (em 1980).

A dinâmica do PT e sua visão internacionalista sofrem hoje o impacto adverso da crise do movimento socialista internacional, particularmente depois de 1989. A intervenção do partido no Fórum de São Paulo, do qual é um dos fundadores e pilar fundamental, expressa o retrocesso do horizonte político do PT, o seu estreitamento institucional. O Fórum de São Paulo desgastou-se muito; é cada vez mais anacrônica a idéia de articular uma esquerda latino-americana tendo como critério básico a sua viabilidade eleitoral para conquistar governos. De outro lado, o Encontro



Internacional convocado pelos zapatistas, que se realizou em julho de 1996 e ao qual o PT também compareceu, foi uma iniciativa muito positiva, mas cujo alcance ainda não está definido.

O internacionalismo sempre fez parte do projeto socialista. A nova situação que vive a América Latina exige novas formulações e novas práticas internacionalistas, única forma de constituirmos um movimento anti-imperialista eficaz em escala continental e apto a dar uma resposta progressiva às questões nacionais de cada país. Uma forte ênfase no internacionalismo e uma perspectiva latino-americana são elementos importantes para a recomposição política da esquerda brasileira.

Para isso, é decisivo o esforço para organizar lutas comuns e para a confluência de experiências, respeitando sua diversidade, no sentido de criar uma aproximação programática. O

PT deve, ao lado de outros setores de esquerda na região, impulsionar as iniciativas para uma recomposição das correntes revolucionárias, socialistas e populares dentro e fora do Fórum de São Paulo.

33. O socialismo responde à luta por uma nova organização social, econômica e política em que a população possa definir livre e democraticamente seus destinos, emancipando-se de todas as formas de tutela, exploração e opressão, conquistando justiça e condições para que todos possam desenvolver suas potencialidades. Este horizonte utópico foi, porém, muito desgastado pelo estalinismo.

Esta herança pesou sobre todo o movimento socialista e culminou na substituição dos regimes surgidos das revoluções do século XX mas burocratizados por regimes de mercado, uma derrota histórica da maior envergadura, que marca o presente.

É nossa responsabilidade contribuir para a *construção de um novo movimento socialista*, para o qual o socialismo seja concebido como a *expressão máxima da democracia*, com a socialização da economia e do poder.

A construção de formas de organização social socialistas se choca com os interesses da burguesia e dos setores beneficiados pelo capitalismo e só pode ser fruto do confronto entre as aspirações populares e as estruturas de poder estabelecidas. O socialismo exige a constituição de novas instituições de exercício de um poder político democrático e a destruição de instituições centrais do Estado atual. Há, assim, uma relação estreita entre as novas instituições de poder que almejamos construir e sua sustentação pelos setores democráticos e populares.

34. Não dispomos nem de uma estratégia nem de um programa *acaba-*

dos de transformação socialista do país e do continente. Todavia, não é necessário um programa completo para lutar concretamente contra o neoliberalismo, para mobilizar os setores populares na defesa de seus interesses. A construção deste programa e desta estratégia é uma tarefa coletiva da esquerda brasileira e latino-americana, colocada para todo o período histórico em curso.

Iniciativas estratégicas

35. Nossa perspectiva global, ainda que contenha lacunas importantes, tem que ser concretizada em *iniciativas* que expressem as demandas populares e que se posicionem sobre as principais questões enfrentadas pela nação. Elas não constituem um programa acabado, mas balizam um caminho onde o PT pode acumular condições para a luta por uma transformação socialista.

36. *Face à crise do desenvolvimento e da construção nacional, democratizar a sociedade e construir um desenvolvimento não-capitalista.* Um desenvolvimento democrático choca-se com as estruturas econômicas e de poder do capitalismo. A democracia política exige o fim da ditadura do mercado e a incorporação das maiorias na definição de seus próprios destinos. Necessita uma ruptura das atuais instituições de dominação política e da organização capitalista da economia. Exige portanto uma ruptura de caráter revolucionário. E exige igualmente a vinculação entre a questão nacional e o internacionalismo socialista. E a articulação de forças sociais que sustentem este projeto e questionem o curso dominante do país, configurando a viabilidade histórica da nossa proposta.

37. *Face à globalização neoliberal, um internacionalismo concreto:*



articulação estreita da esquerda revolucionária no âmbito do continente; atuação dentro e fora do Fórum de São Paulo para impulsionar esta convergência; apoio e participação das iniciativas internacionalistas convocadas pelos zapatistas; luta pela implantação de uma Carta Social do Mercosul, unificando as conquistas sociais na região; atuação e organização da atividade sindical em escala regional e internacional (inclusive a nível das diferentes empresas multinacionais); defesa da adoção de cláusulas sociais relativas às condições de trabalho na organização do comércio internacional (bem como de parte das cláusulas ecológicas); iniciativas amplas de discussão no âmbito da sociedade civil da democratização do processo de integração regional; luta pelo estabelecimento de controles efetivos do fluxo internacional de capitais do e para o país; desdobramento no Brasil das campanhas internacionais contra a tríade FMI-BM-OMC; combate às propostas de livre comércio entre o Mercosul e os blocos da CEE e do Nafta; oposição fron-

tal à formação da Área de Livre-Comércio das Américas e ao Nafta.

38. *Face à exclusão neoliberal, a defesa dos direitos sociais, do emprego e da democratização da economia:* luta contra a ditadura do mercado; luta pelo direito ao emprego; organização dos desempregados em acampamentos e ocupação das fábricas que promovem demissão em massa; aliança do movimento dos desempregados com os movimentos populares, trabalhos de Igrejas e demais setores sociais; defesa dos direitos trabalhistas conquistados; ação sindical pela redução significativa da jornada de trabalho e pela democratização das relações trabalhistas e do cotidiano das empresas; campanha pela implantação da garantia de uma renda mínima; defesa da indexação

dos salários baixos e médios e elevação do salário mínimo; priorização de iniciativas ecológicas, de modo a construir uma valorização da defesa do meio-ambiente; defesa de uma política tributária efetiva e progressiva, visando redistribuir a riqueza e financiar os serviços sociais públicos.

39. *Face à concentração da propriedade da terra, reforma agrária que democratize a estrutura fundiária como parte de democratização de toda a sociedade.* Uma reforma agrária que deve ser ampla e massiva, incorporando grandes contingentes e eliminando a grande propriedade; concentrada no tempo, e não evaziada ao longo de anos ou décadas; e sob o controle dos trabalhadores. Uma reforma agrária que deve imediatamente combater à violência no campo com a punição dos responsáveis; assentar os trabalhadores rurais acampados e em áreas de conflito; garantir terras agriculturáveis, apoio técnico e recursos públicos para esta iniciativa.

40. *Face à privatização e ao saque do patrimônio público, defesa dos espaços de gratuidade, dos ser-*

viços públicos e do seu caráter redistributivo: luta contra a privatização e por um caráter público e democrático para as empresas estatais; defesa do patrimônio do Estado nacional e da sua gestão democrática; defesa dos sistemas públicos de educação, saúde e previdência; combate a toda transferência de recursos aos serviços privados; defesa de critérios sociais de rentabilidade, em oposição aos critérios mercantis, na avaliação de todos os serviços de atendimento à população (transportes, saneamento básico, abastecimento, água, luz, telecomunicações, habitação).

41. *Face à oligarquização e à corrupção do Estado e ao crescente autoritarismo das elites, uma ação política radical nas instituições existentes, tendo como eixo a participação direta da população na definição de seu próprio destino:*

a. *Na atuação parlamentar:* atividade incisiva de fiscalização e denúncia, em contraposição ao seu caráter colaborador com os governos; proposição de leis sustentadas na mobilização de massas e na articulação com o movimento popular.

b. *Na atuação governamental:* atividade centrada na construção de uma nova relação entre governantes e governados, tendo como eixo a participação popular e o controle da sociedade sobre o Estado (defesa dos orçamentos participativos, reforma do Estado nesta direção, etc).

c. *Na defesa das liberdades democráticas e na democratização do poder público:* proibição de reeleição para os cargos executivos; campanha sistemática de denúncia da enorme distorção do sistema de representação proporcional e do papel conservador desempenhado pelo Senado; defesa da fidelidade partidária e da eleição dos parlamentares por lista partidária; limite da reeleição para qualquer cargo legislativo; revogabilidade dos mandatos; campanha pela proibição de doações eleitorais de empresas, com fiscalização e punição rigorosa dos infratores; defesa da proibição de parlamentares serem concessionários de meios de comunicação de massa; controle social do judiciário.



42. *Face à violência social e policial e à discriminação, defesa dos direitos humanos:* defesa dos direitos (das crianças de rua, idosos, portadores de sofrimento mental, nações indígenas) dos marginalizados e/ou vítimas da prepotência policial ou judicial; denúncia e combate da violência policial sobre a população negra; reconhecimento do direito de orientação sexual; desmilitarização e fim de tribunais próprios para as polícias militares estaduais; fim do serviço militar obrigatório; políticas públicas de emprego para os jovens e outros setores oprimidos.

43. *Face às desigualdades seculares, promover a igualdade real de gênero e raça:* defesa radical de medidas de combate ao racismo e a discriminação das mulheres; proposição e defesa de políticas públicas que alterem concretamente a divisão sexual do trabalho e interfiram nas relações sociais desiguais entre homens e mulheres e brancos e negros; ações afirmativas no mercado de trabalho para estes setores super-explorados; criação das condições sociais para que as mulheres possam participar ativamente de todas as esferas da sociedade; defesa de medidas de ação afirmativa e políticas de cotas no terreno

da participação política e social; garantia do direito à autodeterminação das mulheres e do direito ao aborto diante de uma gravidez indesejada.

No combate ao racismo e à opressão dos negros e negras, salientamos a urgência de medidas de reforço da auto-estima da população negra implementando políticas de resgate da história e da luta de negros e negras no Brasil; respeito à cultura e religião; inclusão da história da África nos currículos escolares; denúncia e combate ao extermínio do povo negro, ao trabalho escravo e infantil, à esterelização em massa das mulheres negras e garantia de acesso à educação formal com conteúdo não discriminatório. Ofensividade na disputa política e ideológica contra o machismo e o racismo que estão profundamente enraizados inclusive no campo de esquerda.

44. *Face ao monopólio da mídia pela burguesia, democratização dos meios de comunicação de massa e organização de outra cultura, visando impulsionar uma sociedade civil autônoma e crítica:* restrições legais ao monopólio dos meios de comunicação de massa; construção de um sistema alternativo de comunicação de massa, a partir de rádios livres, televisões públicas,

imprensa sindical e aquela vinculada às entidades da sociedade civil; fortalecimento da rede de imprensa do movimento democrático e popular; vinculação de parcelas da universidade e da intelectualidade a estas atividades.

45. A luta por iniciativas como estas contribuiu para viabilizar uma *nova estratégia de acumulação de forças* para a esquerda brasileira, que deve definir o esforço militante para a rearticulação dos movimentos e a construção do PT, e uma nova articulação entre lutas sociais, presença institucional e disputas político-eleitorais.

A disputa eleitoral de 1998

46. As chances de vitória eleitoral na disputa pela presidência em 1998 não podem articular a definição da nossa perspectiva estratégica global, como ocorreu em 1989 e 1994. A menos que uma crise espetacular ocorra, o mais provável é uma disputa em condições defensivas, na qual o nosso objetivo central deve ser avançar a *rearticulação programática e organizativa dos setores populares* que se opõem ao neoliberalismo.

As limitações programáticas da esquerda não podem servir de pretexto nem para o imobilismo nem para posturas que contribuam para desconstituir o movimento democrático e popular. Valorizamos, na recomposição política em curso, os elementos que fortalecem a identi-



dade dos trabalhadores e setores populares, que reforçam sua delimitação e oposição à classe dominante, que impulsionam sua combatividade. Recoesionar o movimento democrático e popular e colocá-lo em movimento enquanto tal potencializará nossa capacidade de elaboração de um programa global alternativo, que pode se desenvolver muito mais colado à lutas concretas.

47. Neste cenário, seria trágico para o PT e a esquerda, qualquer tipo de política de alianças de “centro-esquerda”; mais do que um erro tático, isso aprofundaria a desarticulação política e programática de um movimento democrático e popular que continua tendo muitas dificuldades de se posicionar no combate ao neoliberalismo. Esta pers-

pectiva deve ser intransigentemente combatida tanto no terreno nacional como nas disputas para governos estaduais. É fundamental que o PT tenha uma candidatura própria para presidente capaz de cumprir esta papel de rearticulação e recoesionamento do campo democrático e popular, e de estímulo aos movimentos sociais e a suas lutas. É igualmente importante que o PT tenha candidaturas a governador em todos os estados e programas e políticas de aliança não-subordinados a quaisquer setores das elites.

48. Todavia é muito provável que o PT enfrente novamente esta

conjuntura com várias posturas - o que também dependerá do resultado do próximo 11º EN. Mas devemos trabalhar para que prevaleça um comportamento básico de acumulação e de reorganização programática e organizativa.

Em alguns estados onde o PT tem um maior acúmulo localizado, como o Rio Grande do Sul, a luta pela conquista de governo estará colocada e certamente se beneficiará desta postura geral, pois o que pode dar a vitória a uma candidatura do PT não é a moderação ou a proximidade com as políticas neoliberais, mas o caráter diferente do partido e de sua forma de atuar, sua intransigência na defesa das demandas populares. □

O PT em um momento de definições

O Partido dos Trabalhadores está frente a uma *crise sem precedentes*. Multiplicam-se sintomas de descaracterização do partido e de integração de alguns dos seus setores à institucionalidade burguesa. Além dos graves problemas acumulados ao longo da sua construção, o PT sofre hoje as consequências de uma forte alteração da correlação de forças no Brasil e de uma situação internacional adversa para a esquerda.

Para responder à crise do partido, é fundamental estabelecer um ponto de partida claro: a defesa do PT e o compromisso com a sua construção como partido comprometido com os interesses gerais dos explorados e oprimidos. O PT continua a ser um patrimônio dos trabalhadores. Como definiu a nossa Pré-Conferência de 1995: "Permanece inteiramente válida a idéia que a derrota do PT não é só a de uma corrente revolucionária no seu interior, mas uma derrota profunda do proletariado em escala nacional e internacional."

O caminho da construção do partido revolucionário no Brasil continua a ser o de construir o PT e disputar os seus rumos. Por isso, a construção de nossa tendência é parte deste processo e com ele se confunde.

Nossa maneira de ver e construir o PT leva em conta três aspectos:

- a experiência internacional da esquerda na construção de partidos e a necessidade de responder ao conjunto dos desafios da luta de classes, socializando contribuições históricas e inserindo os problemas do PT no contexto mais amplo dos problemas da luta pelo socialismo;

- o período histórico, no nível internacional e nacional, em que esta-



- mos inseridos e as transformações nas condições da luta de classes, para compreender os altos e baixos da atividade da classe trabalhadora, as mudanças na correlação de forças e seu impacto sobre o partido; e

- a dinâmica interna do próprio PT, compreendendo que a sua construção é fruto da luta entre diversas concepções, ainda que sujeita a condicionantes históricos. É este aspecto que confere uma importância central ao problema da direção partidária.

É à luz desta compreensão que analisamos a situação do partido e as tarefas colocadas para a sua construção no momento atual.

A evolução do PT e a situação atual

O PT surgiu como um partido baseado na independência política dos trabalhadores. No Brasil, o ascenso da luta sindical e popular a partir do final dos anos 70 ligou-se ao ascenso

da luta contra a ditadura, em um quadro de incapacidade das classes dominantes gestarem uma alternativa hegemônica à crise do modelo desenvolvimentista.

A partir de meados dos anos 80, desenvolveu-se um esforço consciente de dirigir o crescimento do partido, que foi fundamental para a disputa de 1989. O 5º Encontro Nacional (1987), aprofundado pelo 6º Encontro (1989), marcou a elaboração partidária. O partido começou a se propor como organizador coletivo e incorporou elementos de um "programa de transição". Apesar dos avanços, a democracia interna continuou limitada: a proporcionalidade na Executiva Nacional só foi aprovada no 7º Encontro Nacional (1990). E foi justa-

mente no campo da construção partidária que o PT teve mais dificuldades em concretizar as resoluções do 5º Encontro Nacional.

As condições do período de crise nacional começaram a se esgotar a partir de 1990. Acelerou-se a rearticulação de um projeto hegemônico entre as classes dominantes, paulatinamente reunidas em torno ao neoliberalismo. No plano internacional, o desmoronamento dos regimes burocráticos, sucedidos por alternativas capitalistas, produziu tanto um período defensivo como uma profunda revisão de posições em vários setores da esquerda. O PT sofreu este impacto na forma de amplos questionamentos às definições que acumulou em sua história.

O partido passou também a ter de responder aos problemas do crescimento da sua presença institucional, tanto através de suas bancadas parlamentares como dos executivos. O PT

não conseguiu unificar uma mesma linha de atuação a partir de espaços conquistados no interior do Estado e foram se desenvolvendo posturas políticas diferentes e até opostas. Um caso extremo hoje é o governo de Vítor Buaziz no Espírito Santo, que caracteriza-se pela perda de capacidade de crítica face ao Estado e pelo conflito com o partido, com concessões crescentes ao neoliberalismo. De outro lado, é possível caracterizar como exemplo mais positivo a gestão petista em Porto Alegre, com a construção de novas formas de participação popular vinculadas a uma estratégia de afirmar uma alternativa democrática e popular para o país. Uma prática desgasta o movimento democrático e popular; outra fortalece os trabalhadores e acumula para a transformação da sociedade brasileira.

Os revezes na luta socialista internacional, a unificação das classes dominantes em torno do neoliberalismo e a institucionalização pressionaram (e pressionam) fortemente o partido. Internamente, iniciou-se uma intensa luta de concepções programáticas - expressa no 7º Encontro Nacional (1990) e no 1º Congresso (1991) - e teve início uma reversão das orientações do 5º e 6º Encontros Nacionais. O Diretório Nacional que dirigiu o PT entre 1990 e 1993 buscou colocar em prática uma política de alianças de "centro-esquerda" e agravou os problemas de construção e unidade partidária.

O movimento pelo *impeachment* de Collor reabriu por um breve período uma situação de crise. Mas, foi apenas uma questão de tempo para que o PSDB se candidatasse a liderar a coalizão das classes dominantes para derrotar Lula e continuar a implantação da agenda neoliberal. Com as vacilações da maioria da direção do PT frente ao PSDB e ao governo Itamar, o partido não pôde se constituir num sério obstáculo a essa recomposição.

O 8º Encontro Nacional elegeu uma maioria de esquerda (que se apresentou em duas chapas, Opção de Esquerda e Na Luta, PT) para o Diretório Nacional, interrompendo este

curso e retomando várias das diretrizes do 5º e 6º Encontros Nacionais, mas a sua viabilização enfrentou diversos problemas. Em primeiro lugar, o movimento de massas já se encontrava em descenso. Além disso, a esquerda não soube compreender o quanto o poder real do partido já havia se deslocado das estruturas formais de direção para centros autônomos em torno de personalidades, sindicatos, parlamentares e executivos eleitos pelo partido; não foi capaz de reverter o quadro de crise do processo de construção partidária. E a esquerda também se viu refém da possibilidade de vitória de Lula no contexto de uma campanha sem mobilização e dependente quase que exclusivamente do prestígio do candidato.

Com uma direção partidária sem condições de dirigir a campanha presidencial, dada a autonomia adquirida pela campanha Lula frente ao partido, sem pressão social, o desempenho do PT em 1994 caracterizou uma derrota não apenas eleitoral mas política, evocando a imagem da "derrota sem luta", que contribuiu para a legitimação do inimigo.

A situação no interior do PT entre 1990 e 1994 podia ser caracterizada como de crise e disputa de rumos, mas havia um objetivo que unificava: a possibilidade de vitória do PT na disputa presidencial. A derrota de 1994 abriu uma nova fase em que a crise permaneceu mas o objetivo comum

desapareceu.

Este quadro agravou-se com o 10º Encontro Nacional, com a retomada da maioria da direção pela antiga Articulação, agora "Unidade na Luta", em aliança com a Democracia Radical e com setores que participaram da Opção de Esquerda no 8º Encontro.

O núcleo da atual maioria na direção nacional do PT é a maioria da antiga Articulação, especialmente seu setor paulista. Este setor parece ter abandonado a perspectiva de ruptura e de transição ao socialismo mas não chegou a formular um outro projeto, ao contrário do que fez o setor da Democracia Radical (que adota um ideário e posições próximas às liberais). A principal característica dos setores reunidos em torno da Articulação Unidade e Luta parece ser hoje a preocupação em preservar e ampliar o espaço institucional conquistado pelo partido e, ao mesmo tempo, preservar o controle do aparelho partidário. Na ausência de um projeto político que lhe dê coerência, recorre por vezes a comportamentos burocráticos e, do ponto de vista programático, oscila entre a oposição ao neoliberalismo e a adesão parcial a ele, mediante a introdução de preocupações sociais nesse projeto. Assim, a atual maioria da direção tem se mostrado incapaz de reposicionar o partido frente à nova situação política; errática, está conduzindo o PT à acomodação progressiva aos marcos políti-





cos e econômicos dominantes no país.

Do ponto de vista da construção partidária, assistimos ao aprofundamento da institucionalização e à submissão do partido às suas "personalidades". Algumas implicações disso na ação política do partido são muito visíveis: a tentativa de retomar a política de centro-esquerda pré-8º Encontro Nacional; a permissão de alianças com o PSDB e outros partidos de direita nas últimas eleições; a conciliação com a campanha de Luiza Erundina em São Paulo e com os desastres em Santos e Diadema; enfim, a ausência de uma linha política de confronto ao neoliberalismo e de defesa de um padrão, mínimo que seja, de democracia e unidade partidárias. A imagem do partido na sociedade, seu caráter radicalmente diferente das outras correntes políticas, tem se degradado progressivamente, fazendo com que o PT se pareça cada vez mais com os demais partidos. Isto levou a que as vitórias eleitorais que tivemos em 1996 se dessem apesar da direção e não por causa dela.

Os descaminhos da "velha maioria" do PT não encontraram ainda uma resistência suficiente. A chapa de esquerda, Socialismo e Democracia, teve uma unidade restrita ao encontro e não conseguiu intervir nas principais questões colocadas para o partido no período seguinte. A incapacidade de decidir se participava ou não na Executiva imobilizou-a duran-

te mais de um ano e deixou o terreno livre para a precária maioria formada no 10º Encontro Nacional. Este processo começou a ser revertido apenas recentemente.

O grande desafio da esquerda petista e da DS em particular continua sendo o de construir uma alternativa de direção para que o PT possa, "remando contra a corrente", reconstruir as condições de vir a ser um partido dirigente das lutas de explorados e oprimidos.

O potencial para a disputa de rumos

Apesar de o traço fundamental do PT ser hoje de crise e de ausência de projetos, a sua dinâmica é marcada por contradições que propiciam amplo espaço para a construção de novos rumos para o partido.

O PT permanece como referência política fundamental das lutas e mobilizações sociais que ocorrem no país. Das greves às ocupações de terra, passando pelo movimento popular urbano, o PT tem-se colocado, em geral, ao lado dos trabalhadores.

Como fruto de sua trajetória histórica anterior mas também de uma certa coerência no apoio aos movimentos sociais, o PT aparece como referência e desaguadouro político da mobilização social dos mais diversos setores. Uma das dificuldades de implantação do projeto neoliberal no Brasil tem sido a existência de uma

oposição expressiva a este projeto, através não apenas do movimento sindical mas também da existência de um partido como o PT.

A dinâmica de integração do PT à ordem burguesa é contrarrestada pelo caráter excludente e altamente regressivo dessa mesma ordem, que está longe de poder repetir no Brasil o processo de assimilação experimentado com a social-democracia na Europa. Mesmo a estabilidade do atual quadro institucional pode ser ameaçada por novas crises de governabilidade.

Mantém-se no PT uma forte oposição interna e de sua base social a um projeto de integração do partido à ordem. Há um amplo setor da militância que se mantém leal às origens do PT como partido de massas e socialista. Do ponto de vista da dinâmica interna das correntes, é importante lembrar que a esquerda teve mais de 46% dos delegados ao 10º Encontro Nacional, após uma série de irregularidades que certamente foram decisivas para definir a correlação de forças - como foi o caso do encontro de Diadema e da impugnação da delegação da Paraíba. Apesar das dificuldades, já assinaladas, da chapa Socialismo e Democracia, o resultado eleitoral de 1996 reforça politicamente a esquerda, dando-lhe mais visibilidade e credibilidade e enfraquece a atual maioria, que sempre gostou de se apresentar como "os que têm voto".

Por fim, um conjunto de experiências mostra que é possível resistir ao neoliberalismo. No movimento sindical e na CUT existem esforços para reverter as tendências à burocratização e reorganizar a luta dos trabalhadores. Nos movimentos populares urbanos há também iniciativas para se opor às políticas "sociais" neoliberais e para unificar as organizações populares. Nos locais onde o PT governa com base na participação popular há avanços importantes de consciência política. E o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra vem se destacando como exemplo concreto das possibilidades de continuarmos a desenvolver lutas radicais e avançarmos na organização social e política a partir de uma estratégia socialista.

Um novo curso para o PT

Em nossa Pré-Conferência de dezembro de 1995 apontávamos as seguintes tarefas para disputar a hegemonia no PT:

a) A primeira tarefa é manter o PT no campo antagônico à globalização e ao neoliberalismo e no curso deste enfrentamento desenvolver um programa alternativo global.

b) A segunda é manter o PT como partido independente, que retira o fundamental da sua energia das lutas sociais, lutando para que o PT desenvolva mecanismos mais eficazes de defesa contra as diferentes formas como o Estado age para domesticá-lo. É certo que o PT acumula forças disputando eleições e ocupando parcelas de poder estatais (mandatos parlamentares, executivos municipais e agora estaduais). O dilema é fazer com que estes espaços signifiquem real acúmulo de forças para o "campo democrático e popular" (um bloco social definido e politicamente sustentado por um programa alternativo ao neoliberalismo) e não que estes espaços sirvam para a acomodação do partido à ordem estatal estabelecida.

c) A terceira é prover o PT da capacidade não desenvolvida até hoje, mas potencialmente existente, de organizador de amplos setores sociais explorados, oprimidos e excluídos. O PT, dada a diversidade de setores sociais que o constituíram e que se referenciam nele pode e deve ser o espaço político para construir a unidade do campo democrático e popular. Um destaque deve ser dado à elaboração de políticas tanto para a parcela da classe trabalhadora que encontrou alguma inserção no processo de reestruturação capitalista (os incluídos) como para os que cada vez mais são colocados à margem (os excluídos). Cabe ao PT constituir-se como elemento catalisador e generalizador dos conflitos sociais, buscando políticas que possam unificar diferentes setores sociais no combate ao neoliberalismo.

d) A quarta tarefa diz respeito à própria constituição da DS, como uma tendência socialista contemporânea. Isto significa compartilharmos

as reflexões e debates em curso no âmbito da tradição da IV Internacional (conforme busca difundir o *Em Tempo*) e de toda a esquerda que procura recompor uma alternativa anti-capitalista, socialista, feminista, democrática e ecológica. Significa também um esforço específico em desenvolver hipóteses estratégicas não só no plano nacional, mas pelo menos regional, e levando em conta que a hipótese forte do confronto de 89, através da eleição presidencial, fracamente repetido em 94, não se coloca mais da mesma forma e com o mesmo conteúdo.

e) A quinta tarefa é a constituição de um campo de esquerda no interior do PT com condições de disputar a hegemonia partidária. Isto significa não só a busca de um acordo programático substancial, como também acumular forças para este campo tanto no plano social como institucional. O balanço do 8º Encontro indica, entre tantas outras questões, que a disputa de hegemonia no PT não pode ficar limitada ao acúmulo dentro da estrutura partidária - "strictu sensu" - mas que envolve necessariamente aumentar a inserção deste campo nos movimentos sociais organizados, na institucionalidade e no debate nacional através dos meios de comunicação de massas.

Estas tarefas certamente continuarão atuais. Podemos, além de reafirmá-las, avançar na sua concretização em torno de algumas metas.

1. reconstruir objetivos estratégicos para o partido

O horizonte estratégico que defendemos para o PT é o de recriar as condições para disputar uma alternativa de poder. Não aceitamos como irreversível o curso atual imprimido pelo neoliberalismo à sociedade, mesmo considerando que já pagamos um preço pelo imobilismo e acomodação verificados nos dois primeiros anos do governo FHC.

Diferentemente das eleições presidenciais de 1989 e 1994, que de certo modo datavam a possibilidade de uma disputa política global, não podemos fazer o mesmo com relação a 1998. Isto porque as condições políticas e sociais são outras. Assim nosso horizonte estratégico não está condicionado à próxima disputa presidencial e recria-lo depende da determinação do partido e da evolução das contradições da sociedade.

A disputa de 1998 pode, no entanto, constituir-se em um momento de um reposicionamento do partido na luta política e do partido em relação à sua base social, pode alavancar um recoesionamento e um fortalecimento do movimento democrático e popular. Em alguns estados, podemos colocar o objetivo de conquista do governo, mas nacionalmente o objetivo que pode ser estabelecido hoje é de, pela primeira vez depois de 1989, apresentar uma alternativa global antagônica ao neoliberalismo.

Deste ponto de vista, defendemos





uma definição pelo PT do lançamento de uma candidatura própria, a articulação de uma frente dos partidos de esquerda e a elaboração de um programa alternativo.

2. retomar a elaboração programática

Dez anos depois do 5º Encontro Nacional, o PT precisa se colocar a tarefa de dar continuidade à elaboração programática. A experiência da campanha e do programa de governo em 1994 foram o último suspiro de uma época que já ficou para trás. O programa perdeu a radicalidade originária. O retrocesso programático do PT pode ser verificado quando se confrontam os programas de governo apresentados em 1989 e 1994. Enquanto o eixo articulador do programa de 1989 era a idéia da transição ao socialismo, o programa de 1994 centrava-se na idéia de desenvolvimento com distribuição de renda como objetivo estratégico. A inserção do país na economia mundial aparece como uma relação muito menos conflitiva com o capital financeiro internacional.

A postura do PT tem sido de resistir pontualmente à implantação do projeto neoliberal, sem capacidade de enfrentar o debate ideológico e/ou de apresentar um projeto alternativo. O caráter socialista do PT está sendo questionado dentro e fora do partido. A idéia da transição e da socializa-

ção dos principais meios de produção desaparece e a lógica do mercado surge como inevitável. Daí a urgência de dois esforços.

Redefinir o horizonte do PT no próximo período: acumular forças, em torno de uma plataforma democrática e popular, de transição, alternativa global ao neoliberalismo e com conteúdo anti-capitalista, instrumento para reagrupar os setores democráticos e populares em torno de objetivos comuns e impulsionar suas lutas.

Retomar a discussão do projeto socialista do PT: destacar a dimensão internacional desse projeto; colocar a auto-organização de massas como base de sustentação fundamental do projeto socialista, a partir da democracia direta e do controle social dos governantes e da socialização da riqueza.

3. reconstruir a democracia partidária

Esvaziou-se o caráter militante do partido. Filiações em massa se transformaram em instrumento de manipulação e de afirmações das "personalidades" como a verdadeira direção do partido. Se as instâncias de base há muito deixaram de existir, agora são as instâncias de direção que começam a desaparecer ou a se transformarem em meros aparelhos para legitimar posições. As direções das campanhas eleitorais são exemplos gritantes disso. Os diretórios, as exe-

cutivas e até mesmo as coordenações formalmente eleitas são substituídas, com algumas exceções, pelos candidatos e seus "assessores".

A democracia interna não pode ser entendida apenas como regras para garantir igualdade formal. *É preciso assegurar igualdade real de participação. Isso pressupõe:*

- Inverter a lógica atual, colocando as disputas eleitorais a serviço da disputa política, da acumulação de forças, da auto-organização e das lutas e não tendo como critério exclusivo o resultado eleitoral;

- Garantir a proporcionalidade não apenas na presença nas direções mas também na distribuição de suas responsabilidades;

- Assegurar que as decisões fundamentais do partido sejam tomadas a partir de um processo de debate de posições entre a militância, o que pressupõe eliminar o atual sistema de filiações em massa, o "pagamento para filiados" e a simples "votação em urna" com manipulação de filiados. Retomar o sistema de encontros de base como assembleias de militantes;

- Eliminar o atual sistema cartorial de filiações;

- Proibir terminantemente qualquer forma de uso de poder econômico nas disputas internas do partido;

- Sustentar as campanhas do partido com recursos arrecadados no campo democrático e popular;

- Assegurar uma ampla política de informação e de formação para dar reais condições à militância de participar das decisões;

- Manter e aperfeiçoar sistemas que propiciem a participação nas direções do PT de setores sociais discriminados;

- Estabelecer tempo máximo de profissionalização de militantes e de exercício de mandatos parlamentares e um plano de cargos e salários que englobe os profissionais do partido e aqueles que ocupam cargos na institucionalidade;

- Condicionar a filiação ao PT ao respeito de sua posição política geral de rejeição ao neoliberalismo; o partido não pode sustentar um discurso coerente na disputa política se detentores de mandatos eleitorais, que são

nostros porta-vozes, não respeitam as definições mais básicas do PT.

4. reverter o processo de integração do PT à ordem

A diluição do perfil político do PT - que caracterizou o partido até 1989 e que o diferenciava de todos os partidos da classe dominante - deriva, em grande medida, dos problemas decorrentes de sua integração à institucionalidade burguesa estabelecida no Brasil. A ordem política brasileira sempre foi muito pouco democrática, mas sempre foi extremamente corruptora, modelada para favorecer a conciliação das elites, oferecendo grandes privilégios aos detentores de mandatos e à alta burocracia estatal. Esse caráter corruptor não foi alterado pelo liberalismo excludente da atualidade. O PT sempre criticou o caráter excludente da sociedade e do Estado brasileiros, mas esta crítica mostra-se hoje insuficiente. Os movimentos sociais e suas entidades ofereceram, até 1990, um saudável elemento de controle social sobre parte dos representantes eleitos, mas o recuo no nível de atividade do movimento de massas enfraqueceu este tipo de "fiscalização".

O decisivo é que o partido não atualizou um padrão efetivo de comportamento para orientar seu crescimento institucional e seus militantes nos postos eletivos. A combinação de crise ideológica com inserção acelerada na institucionalidade a partir de 1988 torna esta questão muito mais importante hoje e exige muito mais rigor na sua resposta. O chamado "modo petista de governar" e de atuar no parlamento, apesar dos frequentes documentos com este título, tem servido para

justificar práticas bastante diferentes e mesmo contraditórias entre si. O PT precisa construir posições claras e questionar práticas que contradizem o nosso programa na atuação governamental e mesmo na forma de compor os governos. Os aspectos do nosso programa que têm maior incidência na construção da imagem do partido são aqueles que o PT tem tido mais dificuldade de efetivar: estimular uma participação popular efetiva, democratizar as decisões fundamentais, reestruturar o aparelho das prefeituras e estados em função dos nossos objetivos políticos e dos setores sociais que representamos. Na atuação parlamentar destaca-se a questão do caráter partidário das bancadas, que em muitos casos já não se mantém com todas as suas implicações (linhas de atuação definidas pelo partido, controle partidário dos recursos). O aparelho de Estado não é neutro e tende a incorporar todos

que nele adentram. Aqueles que não desenvolvem uma crítica teórica e prática a ele, acabam adotando políticas que viabilizam a sua reprodução nestes espaços.

Frente ao debate sobre o "modo petista" podemos apresentar um conjunto de pontos de partida.

Democracia participativa: esse deve ser o elemento central de nosso governo pois é o elo de ligação na luta estratégica para superar os critérios de representação do sistema político. Com participação direta é possível criar mecanismos legislativos mais ágeis e representativos, menos burocráticos e mais baratos que os atuais. Isso nos aproxima de algumas formulações caras à luta pelo socialismo: a do cidadão - produtor ser também legislador, a da ação direta e da autogestão. Neste sentido devemos afirmar e aprofundar a experiência do *Orçamento Participativo*, marca emblemática das administrações petistas vitoriosas;

Defesa do interesses materiais comuns dos trabalhadores: isto deve consubstanciar-se nas prioridades e nos programas de governo. A forma mais segura de evitarmos confusões e vacilações ao chegarmos nos governos é defendermos os interesses comuns dos trabalhadores e produtores. Não há aí nenhum desconhecimento de que quando governamos o fazemos para todo um município ou Estado e que a vitória eleitoral só se consolida com a nossa capacidade de construir uma política de hegemonia. Ao contrário, é a melhor garantia de acerto dos nossos governos e, também, de transformar esses setores sociais em protagonistas dos nossos mandatos.





É um antídoto à diluição programática e a visão de que o bom governo é o "de todos";

Estado regulador: no governo, não abrimos mão de seu possível papel regulador e de freio ao mercado. Sob nossa direção podemos agir desde a correção das injustiças do sistema tributário até o estímulo direto à pequena produção, à ação cooperativa, ao combate ao desemprego. E propiciando, pela participação direta, uma disputa mais democrática da renda do município;

Democracia e a organização popular: nosso papel nos governos é estimular a organização popular por mais que isso venha tensionar ou aumentar as reivindicações ao governo. Não tememos a organização popular, comunitária, sindical, dos trabalhadores, produtores e cidadãos. Temos convicção que a sua luta é a nossa luta. Além disso, não cabe conduzir toda a experiência política e organizativa das classes populares à institucionalização e a legalização. É salutar a desconfiança da população a instituições elitistas, viciadas e que são fruto de legislações anti-democráticas e excludentes.

Frente à atuação parlamentar destacamos como ponto de partida a atuação coletiva das bancadas, fundada em debates, plano de trabalho e em uma subordinação clara às orientações partidárias. Isto significa combater o individualismo e a competi-

ção entre os membros das bancadas e colocá-las a serviço do projeto do partido. Cabe ainda estabelecer uma postura geral frente aos recursos e aos privilégios parlamentares, com critérios mais rigorosos de controle partidário dos recursos. Devemos ligar este debate à luta por uma nova legislação eleitoral que incorpore, entre outros aspectos, a eleição por lista partidária, a fidelidade partidária, o financiamento de campanha submetido a um controle social, com um limite para cada contribuição individual e que proíba as contribuições de pessoas jurídicas.

5. recuperar o papel do PT nas lutas sociais

A atuação do PT só será efetiva se o partido como um todo estiver enraizado nas massas populares, nas lutas de todos os setores explorados e oprimidos. Não representamos hipotéticos interesses gerais da sociedade; representamos os interesses da maioria dominada excluída do poder e do acesso à riqueza, maioria que acumulou enormes demandas em quase cinco séculos de exclusão. Nossa atividade partidária socialista visa constituir um pólo político capaz de catalisar as aspirações populares por mudanças da sociedade, pólo que dirija a luta destes setores por um novo poder.

Mas se a atividade do PT se alimenta da luta e mobilização popular,

ela pode também cumprir um papel importante na sua dinamização, politização e unificação. A capacidade de qualquer movimento isolado conquistar suas reivindicações é menor do que a de movimentos que unifiquem sua atuação e consigam dar a sua atividade um impacto político.

Além disso, movimentos isolados podem sacrificar suas demandas mais amplas em favor de conquistas específicas ou dos interesses de direções que se autonomizam. O partido pode oferecer um elemento insubstituível de equilíbrio da atuação. O exemplo da atuação da CUT e do PT na negociação da reforma da previdência é ilustrativo; enquanto a CUT sacrificou os interesses da maioria da classe trabalhadora, o PT não cedeu às pressões do governo FHC e foi capaz de agir em função dos interesses de conjunto dos trabalhadores.

Recuperar o papel do partido na luta social é colocar como prioridade de todos os petistas a revitalização da luta de massas e da organização dos movimentos sociais. É direcionar os recursos partidários, humanos e materiais, para o objetivo de construir um amplo movimento de massas de oposição ao neoliberalismo que recolha as demandas da maioria da sociedade. É o partido interferir nas disputas entre seus militantes no movimento de massas e nas suas entidades, buscando fazer prevalecer o seu programa estratégico.

6. construir uma nova direção para o partido

Nenhuma destas propostas terá viabilidade sem a alteração radical do curso atual do partido. Estas propostas pressupõem uma nova direção para o PT, majoritariamente comprometida com este ideário. A atual maioria na direção do partido - com suas idéias fora do lugar - não dispõe de projeto e legitimidade para dar outro rumo ao PT.

Não basta sermos vitoriosos no próximo encontro. É necessário recuperarmos idéias centrais muito caras ao movimento que criou o PT: auto-organização, combatividade, igualitarismo, solidariedade nas lutas, internacionalismo, emancipação humana, socialismo. □

LEIA E ASSINE EM TEMPO:

QUEM OPTAR PELA ASSINATURA DE APOIO RECEBERÁ, JUNTO COM CADA EDIÇÃO DO JORNAL, UM TEXTO DE DEBATE

Quero assinar o **Em Tempo**: por um ano e receber em meu endereço 10 exemplares. Minha opção de pagamento é:

Apoio - R\$ 40,00

Normal - R\$ 20,00

Nome: _____

Endereço: _____

_____ Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____ Tel: _____



Recorte ou copie e envie junto com um cheque nominal a Carlos Henrique Goulart Árabe
Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP CEP: 01151-000 Tel: (011) 66 55 50



FERNANDO RODRIGUES

A UTOPIA ESTÁ NO HORIZONTE.
ME APROXIMO DOIS PASSOS,
SE DISTANCIA DOIS PASSOS.
CAMINHO DEZ PASSOS
E O HORIZONTE CORRE DEZ PASSOS MAIS.
POR MAIS QUE EU CAMINHE,
NUNCA O ALCANÇAREI.
PARA QUE SERVE A UTOPIA?
PARA ISSO, PARA CAMINHAR.

EDUARDO GALEANO